CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 21/05/2024 - 05:56

Prefeitos vão cobrar do Planalto ajuda contra desastres ambientais

Prefeitos criticam falta de recursos contra desastres

Confederação Nacional dos Municípios diz que, entre 2013 e 2023, o governo federal autorizou R$ 9,5 bilhões para ações de proteção e Defesa Civil nos entes federativos, mas repassou R$ 3 bilhões. Assunto será tema do encontro, hoje, com Lula

» RAPHAEL PATI

Fenômenos naturais causaram um prejuízo de R$ 639 bilhões no Brasil entre 2013 e 2023. O levantamento foi apresentado ontem, em Brasília, pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). O assunto será abordado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que participará, hoje, da abertura da 25ª Marcha em Defesa dos Municípios. O evento, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), terá a presença de mais de 10 mil prefeitos e representantes municipais.

Lula ouvirá uma série de reivindicações a respeito dos recursos para os entes prevenirem e enfrentarem desastres naturais, como o que assola o Rio Grande do Sul. Uma das principais críticas da CNM é a falta de repasse de recursos prometidos pelo governo nos últimos anos. Entre 2013 e 2023, o Executivo federal autorizou R$ 9,5 bilhões para ações de proteção e Defesa Civil nos municípios. No entanto, só pagou R$ 3 bilhões, de acordo com a entidade. Já nos cinco primeiros meses deste ano, o governo federal autorizou R$ 1,5 bilhão aos entes, mas repassou apenas R$ 185,8 milhões.

Segundo o levantamento feito pela CNM, entre 2013 e 2023, 4,1 milhões de brasileiros ficaram desalojados e 925,8 mil, desabrigados. Houve 2.667 mortes. Durante esse período, 5.233 municípios foram afetados por chuvas ou seca.

Também conforme a pesquisa, nesses 11 anos, mais de cinco milhões de pessoas tiveram suas moradias destruídas ou foram obrigadas a abandoná-las em função de desastres, o que equivale a 3,3 vezes a população do município de Porto Alegre, de acordo com dados do último Censo. A confederação ainda afirma que 94 em cada 100 cidades tiveram registros de desastres gerais no país, nesse intervalo.

A CNM ressalta que a construção de moradias em área de risco é uma das principais preocupações dos municípios em relação às mudanças climáticas. A entidade estima que mais de oito milhões de pessoas vivem em áreas de risco no Brasil. De 2013 até o ano passado, praticamente metade das casas atingidas por desastres no país está na Região Sul — sem contabilizar, portanto, a tragédia no Rio Grande do Sul.

Em entrevista coletiva, ontem, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, adiantou que indicará ao Executivo federal um plano para o repasse de verbas para os municípios do Rio Grande do Sul atingidos pela inundação histórica. Além disso, a proposta que será enviada, esta semana, ao Planalto, coloca as prefeituras na linha de frente do combate aos efeitos relacionados às mudanças climáticas. "Vamos intervir efetivamente nos municípios para a questão climática (...), para assumir efetivamente a questão climática do país", frisou.

Desoneração

Ziulkoski também defendeu a proposta apresentada pela CNM sobre a desoneração da folha de pagamento dos municípios. A entidade sugere uma reoneração escalonada, com uma alíquota inicial de 8% — que já é praticada atualmente — para 10% em 2025; 12%, em 2026; e 14%, em 2027.

A desoneração da folha de pagamentos dos municípios deve ser mantida em 8% em 2024, após acerto entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Mas o governo federal ainda não entrou em acordo com o Congresso sobre os percentuais a serem aplicados a partir do ano que vem.

A CNM defende a aprovação de uma proposta ampla de reoneração, que estabeleça alíquotas iguais também para outros setores, como as micro e pequenas empresas (MPEs).

Repasses escassos

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, afirmou que há "muita promessa e pouca execução" por parte do governo atual e dos anteriores na questão de repasse de recursos para proteção e defesa civil dos municípios

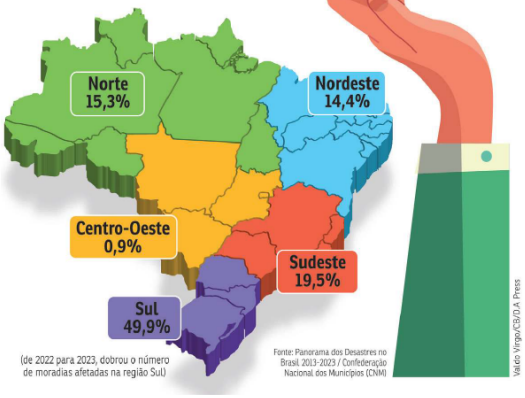
2013 a 2023
R$ 3 bilhões foram pagos pelo governo, apesar da autorização de **R$ 9,5 bilhões**

Janeiro a maio de 2024
R$ 185,8 milhões foram pagos pelo governo, apesar da autorização de **R$ 1,5 bilhão**

DANOS
R$ 639,4 bilhões
Prejuízo causado por desastres no país entre 2013 e 2023

R$ 32,1 bilhões
Prejuízo causado por desastres no país entre janeiro e maio de 2024

MORADIAS AFETADAS POR DESASTRES



(de 2022 para 2023, dobrou o número de moradias afetadas na região Sul)

Fonte: Panorama dos Desastres no Brasil 2013-2023 / Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

Valdo Virgo/CB/D.A Press

Aval a Auxílio Reconstrução

O ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, disse, ontem, que, amanhã, os municípios poderão cadastrar beneficiários para o Auxílio Reconstrução, que pagará R$ 5,1 mil a afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Ele deu a declaração no Palácio do Planalto, ao lado dos ministros Paulo Pimenta (Reconstrução do RS), Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e Camilo Santana (Educação).

Góes afirmou que o governo publicaria, ainda ontem, a portaria que regulamentará o Auxílio Reconstrução. Segundo ele, o pagamento depende das prefeituras. Depois de validado, a Caixa Econômica Federal poderá pagar o benefício em 48 horas.

O ministro Paulo Pimenta destacou que as validações de beneficiários começarão no dia 27. Segundo ele, as prefeituras poderão encaminhar mais de uma lista de possíveis beneficiários.

Conforme Pimenta, cada prefeito poderá analisar a situação de seu município para elaborar a lista.

Eletrodomésticos

O pagamento de R$ 5,1 mil, em parcela única, será voltado à compra de móveis e eletrodomésticos. Com a estimativa de 200 mil famílias aptas a receber o auxílio, o custo à gestão federal pode chegar a R$ 1,2 bilhão.

A iniciativa, entre outras, foi divulgada na semana passada, durante evento em São Leopoldo, na região metropolitana de Porto Alegre, com uma comitiva de integrantes do governo — e a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — e do Legislativo.

BNDES discute com Fazenda linha especial para reconstrução do RS

NELSON ALMEIDA / AFP

A linha de crédito para reconstrução deve contar, também, com recursos oferecidos por instituições estrangeiras

O BNDES está discutindo com o Ministério da Fazenda a criação de uma linha especial de crédito para a reconstrução do Rio Grande do Sul, que poderá contar com recursos do Tesouro e de entidades multilaterais. A informação é do diretor de Planejamento do banco de desenvolvimento, Nelson Barbosa.

"Estamos discutindo com o Ministério da Fazenda a possibilidade de criar uma linha especial para reconstrução. O Ministério da Fazenda está liderando esse assunto", afirmou, apontando Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional.

A linha de crédito para reconstrução do Rio Grande do Sul, acrescentou, pode contar também com recursos oferecidos ao Brasil por instituições como o New Development Bank (NDB), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Será destinada a pessoas jurídicas e a governos municipais, destacou o executivo. "A demanda vem de entes públicos, como também para pequenas e médias empresas e para a reconstrução de infraestrutura."

"A ideia, agora, é formatar como esses recursos que estão sendo oferecidos podem ser aplicados nessa nova linha", contou. "E também, provavelmente, com recursos do Tesouro. Isso ainda está em discussão no âmbito do Ministério da Fazenda, e o BNDES está pronto para operar essa linha quando essas condições forem definidas para a reconstrução do Rio Grande do Sul."

A oferta de crédito para a reconstrução do estado, explicou, vai exigir uma parte de recursos não reembolsáveis e transferência de investimento público e outra parte de recursos reembolsáveis de financiamento.

"Tem um aspecto muito específico, porque lida com a cobertura de perdas e danos e também com a reconstrução de infraestrutura. E não só estrutura do passado, mas uma infraestrutura resiliente a eventos como esse que ocorreram", disse. "Cabe a Brasília definir quando isso ficará pronto."

O executivo destacou, ainda, que o BNDES já deu uma carência em sua carteira do Rio Grande do Sul. "Vai gerar um alívio de R$ 7,6 bilhões nos próximos 12 meses."

Recurso bilionário

Barbosa concedeu entrevista coletiva após participar do evento *Construindo soluções financeiras sustentáveis: bancos públicos de desenvolvimento e o G20*, na sede do BNDES, na região central do Rio.

O valor de recursos destinados ao Rio Grande do Sul anunciados por diversas fontes, estimou Barbosa, é de cerca de R$ 10 bilhões ao longo de vários anos.

A secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito, por sua vez, afirmou que a maior parte dos investimentos relacionados à transição climática é focada na mitigação — por exemplo, de emissões —, e não para a adaptação.

"Dados mostram que cerca de 90% dos investimentos privados no mundo para transição temática vão para a mitigação e não para dar para adaptação. Acreditamos que é fundamental aumentar os investimentos em adaptação. Os bancos públicos são agentes muito importantes para isso."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 2

Copyright © Clipclap 2025.